



PJM Juiz de Fora realiza seminário sobre Direitos Humanos e Direito Internacional

A Procuradoria da Justiça Militar em Juiz de Fora – PJM/JF, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, realizou em maio (21 a 23), no plenário da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, o II Seminário Jurídico do Núcleo Estadual de Minas Gerais/MPM, com o tema “O Ministério Público, Direitos Humanos e Direito Internacional dos Conflitos Armados”.

O encontro contou com a participação de membros do Ministério Público, juízes, advogados, estudantes, integrantes das Forças Armadas e, como convidados, da Magistratura do Ministério Público da República de Angola: o adjunto do Procurador Militar das Forças Armadas Angolanas, Brigadeiro Agostinho Eduardo dos Santos e o magistrado do Ministério Público-Angolano da Província do Kuansa Norte, Tenente-Coronel Gervásio Cauende.

Na abertura do evento, a procuradora-geral da Justiça Militar, Marisa Cauduro, fez considerações acerca do importante papel desenvolvido pela ESMPU, que “não apenas difunde e valoriza a atuação dos ramos do Ministério Público da União,

como finca as sólidas bases para a projeção institucional, garantindo o intercâmbio de valiosas experiências entre os membros dos quatro ramos, em encontros jurídicos de repercussão invejável”.

Em uma das conferências inaugurais, o presidente do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público – CNCGMP, Péricles de Queiroz, proferiu a palestra “O Ministério Público e os crimes de guerra”, revelando a importância das normas que criaram as sanções para os atos abusivos de guerra, sobretudo os que violam as Convenções e Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. Ainda em sua apresentação, ele destacou o papel do Ministério Público no palco da beligerância, especialmente na fiscalização da prática de atos de tortura ou extermínio.

Uma das maiores autoridades em direito internacional, o professor Celso D. Albuquerque de Melo, participou do encontro abordando o tema: “O Direito Humanitário e o Conflito Armado no Iraque”. O palestrante falou de sua preocupação quanto à debilidade dos instrumentos de direito internacional frente à posição de países de “economia forte”, que não aderem a tratados e textos internacionais subscritos e ratificados pela maioria dos países, como o Estatuto de Roma e do Tratado de Kyoto. Aproveitando a presença dos dois magistrados de Angola, Albuquerque de Melo fez comentários sobre o processo de paz que se



Composição da mesa na abertura do seminário

instalou naquele país, afirmando da necessidade de se prosseguir no esforço em curso.

Também versando sobre as ingerências internacionais, o professor de Direito Internacional da Universidade do Pará, Adherbal Meira Mattos argumentou sobre a pressão sofrida pelos países em desenvolvimento, em particular aqueles que abrigam a Amazônia, na garantia da integridade territorial, o que requer a adoção imediata de medidas que permitam a salvaguarda nacional, em sua palestra “A Soberania e a Nova Ordem Mundial”.

Já o representante do Ministério Público de Minas Gerais, Denilson Feitoza Pacheco, secretário nacional do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas – GNCOC, apresentou o tema “O Combate ao Crime Organizado versus Direitos Fundamentais”. Em sua explanação, Pacheco comentou sobre a impropriedade da terminologia “crime organizado” ou “criminalidade organizada”, utilizado para denominar grupos com atividades criminosas formados nas grandes cidades. Ele prefere o emprego da expressão Organizações Criminosas. Após situar o tema, afirmou ser constitucionalmente válida a existência de



O procurador Antonio Pereira Duarte recepciona representantes do Ministério Público de Angola



meios repressivos mais severos em relação aos integrantes dessas Organizações Criminosas, assim como de regras diferenciadas no campo processual e da execução da pena.

No último dia do seminário apresentaram-se dois representantes do MP Militar. O vice-procurador-geral da Justiça Militar, Edmar Jorge de Almeida, demonstrou, utilizando registros históricos, o comprometimento da Justiça Militar com a preservação dos Direitos Humanos. Entre outros exemplos, citou a concessão de *habeas corpus* preventivo, pelo Superior Tribunal Militar, cujo fundamento estava lastreado na salvaguarda da liberdade individual. Reafirmou, ainda, que é necessária uma harmonização do

Direito Penal Militar com o universo legislativo nacional e finalizou arrematando que “a Justiça Militar detém, de fato, instrumentos eficazes para prosseguir disseminando o respeito aos Direitos Humanos”.

O subprocurador-geral da Justiça Militar e coordenador de Ensino da ESMPU/MPM, Carlos Frederico de Oliveira Pereira, fechou o encontro com o tema: “Reflexos da Adoção do Estatuto de Roma e Criação do Tribunal Penal Internacional no âmbito da Justiça Militar”, em que falou sobre a ampliação dos delitos de guerra e atuação do Ministério Público na Corte Internacional recém instalada. Carlos Frederico foi um dos integrantes da



Seminário reúne membros do MPM em Juiz de Fora

Comissão de Compatibilização da Legislação Brasileira com as regras do Estatuto de Roma, sendo, também, um dos responsáveis pela implantação do primeiro curso de especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados, na América do Sul, realizado na Universidade de Brasília.